ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Às 15h20min do dia 03 de outubro de 2011, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, reuniram-se as instituições componentes do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão, elencadas nesta lavra pelas assinaturas dos respectivos representantes das instituições. Iniciando a Reunião, o Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho informa que a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos aprovou por unanimidade a estrutura do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, conforme substitutivo apresentado pelo Desembargador Cleones Cunha. Informou ainda o meritíssimo Desembargador que ainda neste mês de outubro a Comissão supramencionada apresentará ao Pleno do Tribunal de Justiça para aprovação e envio à Assembléia Legislativa, e que cada instituição participante do Grupo terá um representante oficial. De modo simples, informou que o Grupo disporá de uma Coordenação e três Secretarias, sendo uma para a Execução Penal, uma Secretaria para o Programa Começar de Novo e uma Secretaria para o Núcleo de Advocacia Voluntária, que trabalhará em uníssono com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão. em seguida, afirmou que o Grupo disporá de uma estrutura física e logística permanente à disposição das instituições parceiras, e que se opõe de maneira veemente à saída das mulheres do Presídio feminino de Pedrinhas para outro prédio que não seja obedecendo ao modelo de uma APAC Feminina. O Defensor Público Alberto Bastos afirmou que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão firmou convênio com o Ministério da Justiça, através do qual foram contratados assistentes sociais e psicólogos para o trabalho de efetivação de parcerias para a reintegração social dos apenados. O Desembargador Froz Sobrinho solicitou que cada instituição participante do Grupo de Monitoramento faça seu planejamento estratégico para 2012, para que possamos nos unir na construção de uma política de estado consistente, a partir das reflexões dos vários atores componentes do Grupo. Informou logo após que envidará esforços juntamente com o reitor da UFMA, Md. Professor Natalino Salgado para a implantação de um Núcleo de Conciliação para aprendizagem prática dos universitários, supervisionados por professores e técnicos, e que inclusive já dispõe de um prédio para tal Núcleo. Convidou os presentes a participarem amanhã, dia 04 de outubro, às 11h, da entrega do espelho dos de mulheres que cumprem pena no Presídio Feminino de Pedrinhas, uma prática inédita no país, feita por um Grupo de Monitoramento, cujo prosseguimento se dará na Penitenciária de Pedrinhas, a ser agendada. O MM. juiz Jamil Aguiar afirmou que está sendo feito um

mutirão na 1ª VEP, com o apoio dos Defensores Públicos Paulo Rodrigues da Costa e Caroline Cristina Barros Nogueira, para que em quinze dias todos os processos pendentes sejam revistos. O Desembargador Froz Sobrinho determinou a elaboração de um calendário permanente de visitas aos estabelecimentos penais, a ser implantado de janeiro a dezembro, trabalho que deverá ser de inteiro conhecimento dos membros do Grupo de Monitoramento, que assinarão conjuntamente este compromisso, pois em hipótese alguma deverá ser publicado. Quanto às obras do Presídio de Imperatriz, a MM. juíza Samira Heluy informou que, na semana passada, quando lá esteve, não encontrou os operários porque todos tinham saído para buscar seus proventos. Informou, ainda, que, na próxima semana, retornará ao local, para constatar a evolução das obras. Quanto às vagas nas unidades prisionais que são pólo do Sistema Carcerário, frei Ribamar ficou de passar os números exatos para o psicólogo Paulo Guilherme, para efeito de controle do Grupo de Monitoramento. O Desembargador Froz Sobrinho afirmou que a ideia é que em 2012 cada Comarca onde haja uma unidade prisional disponha de um Juízo de Execução. Quanto às ações das instituições componentes do Grupo de Monitoramento após o recente motim nas unidades prisionais de São Luis, frei Ribamar afirmou que foi criado um Grupo de Intervenção no Presídio São Luis, do qual fez parte seis presos como representantes dos internos, aos quais foram apresentadas as propostas e aceitas pelos demais presos, após suas discussões entre eles, os presos. Após isso, o Grupo de Intervenção agiu na CADET, o que se evidenciou com a leitura feita pelo Frei Ribamar da Ata dos trabalhos de intervenção da SEJAP durante o motim. No Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas os problemas são com os presos provisórios que já ultrapassaram o prazo do cumprimento de pena, no que a Defensoria Pública fará a atualização dessas situações, bem como dispôs de dois defensores públicos para verificar as situações de garantia de direitos dos presos. O Promotor Público Cláudio Cabral lembrou o caso do preso que levou dois tiros no pé e um tira nas costas e outro caso de um preso do CDP que foi morto com visível lesão corporal. O MM. juiz Fernando Mendonça afirma a grande brutalidade com que são tratados os presos em nosso sistema carcerário, ao que o psicólogo Paulo Guilherme sugeriu a criação de um dispositivo de fiscalização de denúncias de tortura. O MM. juiz Fernando Mendonça sugeriu a criação de uma agenda de mesas de diálogo sobre o sistema carcerário, principalmente no que tange à violência e crime organizado. O Promotor Público Cláudio Cabral lembrou que desde o ano de 2006 há denúncias de agentes penitenciários e diretores de unidades prisionais envolvidos em casos de tortura, ao que o Desembargador Froz Sobrinho solicitou que o Dr. Cabral faça um levantamento de tais nomes e situações. Para a próxima reunião do Grupo de Monitoramento, que será realizada no dia sete de novembro, o Desembargador Froz Sobrinho sugeriu que sejam convidados a SEJAP, a VTI e os diretores de todas as unidades prisionais para estudarmos e discutirmos a questão da gestão penitenciária. O Sr. Sólon Miranda, representando a SEATI, criou no momento da reunião um e-mail provisório para a troca de experiências, que será: grupomonitoramento@tjma.jus.br, USUÁRIO: grupomonitoramento, SENHA: TI1234. Frei Ribamar afirmou ter assinado convênio com o

Sistema S e queixou-se que o Viva Cidadão só atende ao Programa Começar de Novo para a emissão de documentos O Desembargador Froz Sobrinho afirmou que fará um ofício para que o Viva Cidadão atenda aos detentos em regime semi-aberto para a concessão de documentos. Houve um consenso entre frei Ribamar, que dispõe de recursos materiais (Van) para realizar um mutirão de documentos por unidade. O Desembargador Froz Sobrinho solicitou a todos os componentes do Grupo de Monitoramento que enviem pelo e-mail, criado nesta reunião por Sólon Miranda, o nome completo, CPF, cargo que ocupa e instituição que representa, para cadastro de senha junto ao Sistema Começar de Novo, modo consulta. O Promotor de Justiça Cláudio Cabral afirmou a importância da criação do Estatuto do Grupo de Monitoramento, para a legalização de seu funcionamento quanto aos processos de atividade, normas de funcionamento, eleições, etc. O Desembargador Froz Sobrinho afirmou a importância de trabalharmos unidade por unidade, ou seja, trabalharemos como Grupo de Monitoramento inicialmente na Penitenciária Feminina e somente depois de encerrado o trabalho e que passaremos para oura unidade, e assim sucessivamente. O Promotor de Justiça Cláudio Cabral sugeriu que fizéssemos uma reunião do Grupo de Monitoramento dentro de uma unidade prisional, no qual estipularíamos garantias e prazos para atendimento das reivindicações tanto do Grupo de Monitoramento quanto dos presos. O Desembargador Froz Sobrinho indicou a reunião do dia cinco de dezembro para esse encontro. O Promotor de Justiça Cláudio Cabral sugeriu também que fosse realizado um curso de gerenciamento de crises, comprometendo-se a passar um projeto de curso ao Desembargador Froz Sobrinho, sendo indicado o nome do professor Grossein, que se encontra em São Luis e não haveria despesa de transporte e hospedagem com o mesmo. Ao final, a MMª. DRª. Samira Heluy queixou-se da ausência de critérios para apuração da produtividade dos Juízes da execução penal, em cuja atuação predomina despachos e decisões interlocutórias, o que prejudica no momento do concurso de promoção e remoção, que privilegia prolação de sentenças. Sugeriu o apoio do Grupo de Monitoramento para solução dessa questão perante o Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria-Geral de Justiça e o Tribunal de Justiça deste Estado, inclusive diante da carga de responsabilidade que tais juízes carregam. A Dra. Samira ainda noticiou que os servidores da 5ª Vara Criminal da Comarca estão desestimulados com os critérios adotados para aquisição de gratificação de produtividade judiciária, regulamentada no âmbito do Poder Judiciário maranhense, os quais não estão compatíveis com as atividades desenvolvidas pela mencionada unidade, pois estão pautados somente nos números de processos distribuídos e julgados. Sem mais nada a dispor, eu, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, psicólogo do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão, lavro esta ATA.

São Luis, 07 de novembro de 2011.

ASSINATURAS DOS PRESENTES:

José de Ribamar Froz Sobrinho
Coordenador-Geral do Grupo de Monitoramento

Jamil Aguiar da Silva
Juiz Titular da 1ª VEP

Edmar Fernando Mendonça
Juiz Titular da 2ª. VEP

Samira Barros Heluy
Juíza Titular da Comarca de Imperatriz

Lewman de Moura Silva
Juíza Titular da Comarca de Timon

Ernesto Alves
Juíza Titular da 3ª Vara Criminal

Solon Miranda
Representante da SEATI

José Cláudio Cabral
Promotor de Justiça

Frei Ribamar Cardoso Lima
Secretário Adjunto da Justiça

Alberto Bastos
Defensor Público

Paulo Rodrigues da Costa
Defensor Público

Antonio Marcos Alves Matos
Assessor Jurídico da SEMU

Amaury Chaves
Técnico da SEJAP

Karla Maria Alencar
Assistente Social do Grupo de Monitoramento

Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues
Psicólogo do Grupo de Monitoramento

Marlene Rosseto
Técnica do Grupo de Monitormento

Francinet Amorim
Representante da SEMCAS

Jorgeana Lindoso
Assistente Social da 2ª VEP

ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Às 16h37min do dia 07 de novembro de 2011, no Auditório da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), reuniram-se as instituições componentes do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão, elencadas nesta lavra pelas assinaturas dos respectivos representantes das instituições. Iniciando a Reunião, a Srª. Maria Nery Paiva, Secretária Geral da ESMAM iniciou a reunião, fazendo a composição da mesa. O Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho inicia os trabalhos enfatizando as experiências novas, caracterizando um novo momento para o Sistema Carcerário do Maranhão, bem como destaca a presença do Exmº Sr. Angelo Roncalli, Secretário de Estado de Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo, agradecendo a sua disposição em vir ao Maranhão proferir palestra para os membros do Grupo de Monitoramento. Agradece a presença dos integrantes da mesa, ressaltando as colaborações de cada um no processo de melhoria do Sistema Carcerário do Maranhão, bem como agradece aos servidores do Tribunal de Justiça pelo empenho nos trabalhos do Grupo de Monitoramento. Após isso, convoca para proferir suas palavras o Exmº. Sr. Sérgio Tamer, Secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, que destaca o trabalho que está sendo desenvolvido quanto à uniformidade do que preconiza a Lei de Execuções Penais (LEP), ilustrando com o fato de o Regimento da SEJAP ter sido sancionado por decreto governamental, construindo assim de modo efetivo essa nova realidade, referida pelo Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho. O Secretário Sérgio Tamer enfatiza o trabalho conjunto do Ministério Público do Maranhão, da Defensoria Pública do Maranhão e da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que estão dando os primeiros passos, decisivos, para a reformulação do Sistema Carcerário do Maranhão. Afirma ainda o Exmº. Secretário que estão sendo realizadas obras físicas em todas as unidades prisionais do Sistema Carcerário, com implantação de unidades prisionais já aprovadas pela Caixa Econômica Federal em Santa Inês, Pinheiro e Bacabal, trazendo como

resultado objetivo a descentralização do Sistema Penitenciário de Pedrinhas, com a redução de presos no Complexo Penitenciário da capital maranhense. Afirma o Exmº. Secretário que a Defensoria Pública do Maranhão tem acompanhado e peticionado sobre a ampliação e reforma das unidades prisionais, sendo que as obras em Imperatriz estão em ritmo lento, mas a Penitenciária de Pedrinhas e o Presídio São Luis já estão com 98% das obras prontas. Afirma o Exmº Sr. Secretário que a Srª. Márcia Borges(?) tem o Diagnóstico do Sistema Carcerário, a partir do trabalho conjunto entre o Ministério Público e a Vigilância Sanitária com dados de 2002, 2008 e 2010. Continuando, o Exmº. Secretário afirma que o preso quer assistência jurídica, e que tem 17 (dezessete) defensores públicos atuando no Sistema. O Exmº. Sr. Secretário destaca o Desembargador Froz Sobrinho pelo seu voto de confiança e pela luta em prol da criação e fortalecimento da SEJAP, bem como o apoio à equipe profissional e multiprofissional. Em seguida, o Exmº. Sr. Secretário afirma que em 10 (dez) meses foi introduzida uma nova mentalidade em gestão pela equipe multiprofissional da SEJAP, tendo como foco a ressocialização. Refere ainda o trabalho de apoio às famílias dos presos, que está sendo feito no Castelinho. Após isso, o Frei Ribamar passa a explanar a atuação da SEJAP, que tem se baseado em mudanças a partir de parcerias, com destaque para o TJMA, o MP, a DPE, a OAB e instituições da sociedade civil. Afirma o Frei Ribamar que o trabalho de reintegração social se dá pela via da assistência, realizada pela equipe da SEJAP: Ângelo (psicólogo), Maria Augusta (assistente social), Iolice (saúde), Fernanda (assistência jurídica), Cândida (assistência aos egressos). Afirma ainda Frei Ribamar que a assistente social Maria Augusta está responsável pela montagem da Escola de Gestão Penitenciária, com 10 (dez) salas de aula, bem como pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Penitenciária, através de professores devidamente treinados. Frei Ribamar solicita documentos para o Programa Começar de Novo referentes ao Projeto Maranhão Profissional, refere as parcerias firmadas com o IFMA e Lavatec, bem como o trabalho de assistência jurídica com a DPE. Afirma também que foi realizado um diagnóstico situacional pelo Serviço Social da SEJAP, a criação por resolução da Capelania e a participação no Encontro Nacional de Administração Penitenciária através da servidora Maria Ideltrudes (?). Frei Ribamar passa a elencar o percentual de reforma nas unidades prisionais: 90% no Albergue, 60% na CCPJ do Anil, 60% no CDP de Pedrinhas, 30% na CADET afirma também Frei Ribamar que haverá 01 (um) médico em cada unidade prisional, que será

criado um Núcleo de Saúde na Penitenciária de Pedrinhas e que em Rosário será adaptado uma CCPJ com 80 vagas. A palavra foi dada ao Exmº. Sr. Angelo Roncalli, que fez a explanação do trabalho que foi realizado sob sua coordenação no Estado do Espírito Santo. Sem mais nada a dispor, nós, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, psicólogo do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão, e Jesus Martins de Oliveira Junior, técnico do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão lavramos esta ATA.

ASSINATURAS DOS PRESENTES:

José de Ribamar Froz Sobrinho
Coordenador-Geral do Grupo de Monitoramento

Sérgio Tamer
Secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária

Jamil Aguiar da Silva
Juiz Titular da 1ª VEP

Lewman de Moura Silva
Juíza Titular da Comarca de Timon

Ernesto Alves
Juíza Titular da 3ª Vara Criminal

José Cláudio Cabral
Promotor de Justiça

Frei Ribamar Cardoso Lima
Secretário Adjunto da Justiça

Alberto Bastos
Defensor Público

Paulo Rodrigues da Costa
Defensor Público

Antonio Marcos Alves Mendes
Assessor Jurídico da SEMU

Amaury Chaves
Técnico da SEJAP

Karla Maria Alencar
Assistente Social do Grupo de Monitoramento

Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues
Psicólogo do Grupo de Monitoramento

Jesus Martins de Oliveira Junior
Técnico do Grupo de Monitoramento

Lícia Dias Privado
Secretária do Grupo de Monitoramento

Raíssa Costa
Técnica do Grupo de Monitoramento

ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO GMF/TJMA

Às 16h27min do dia 05 de dezembro de 2011, no Auditório da Unidade Prisional CADET II, reuniram-se as instituições componentes do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão/ GMF, elencadas nesta lavra pelas assinaturas dos respectivos representantes das instituições. Iniciando a Reunião, o Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho agradece a presença da Secretária de Estado Catharina Bacelar como grande parceira de nossos trabalhos, estendendo a agradecimento a todos os presentes. Afirma com satisfação que nunca estivemos tão bem, elencando os seguintes pontos:

- União – apesar das dificuldades, conseguimos em 2011 estar bem mais próximos, bem mais acessíveis;
- Pela primeira vez temos produzido em relação as Sistema Carcerário. A parceria com o DEPEN/MJ e com o Ministério do Desenvolvimento Social foi muito importante para cadastrar os presos nacionalmente, e o Maranhão é o pioneiro no Brasil, sendo um grande laboratório para essa experiência de modernização do Estado, pois possibilita inserir as famílias de todos os presos no Bolsa-família, à exceção dos que recebem o Auxílio-reclusão. O apoio da Presidenta Dilma Roussef tem sido fundamental. O Ministro da Saúde quer fazer o controle da Carteira de Saúde para todos os familiares de presos do Brasil, e no Maranhão até o meio do ano de 2012. A seguir agradece a presença do Dr. Pedrosa, representante da OAB, bem como de pessoas da iniciativa privada;
- Precisamos de críticas, precisamos ser cobrados, pois é salutar para renovar o trabalho de modo permanente, com dados, precisamos de dados para o combate ao crime e para a assistência aos encarcerados, é o que os grandes cientistas criminais do Brasil reclamam.

- Será lido o Relatório 2011 do Programa Começar de Novo pelo Ariston e pelo Paulo Guilherme, e que o mesmo seja criticado pelos presentes para a Audiência Pública que constituirá a primeira reunião do GMF do dia 06 de fevereiro de 2012 seja realizada na OAB, pois é importante que façamos as reuniões do GMF em locais diferentes, e indica que a reunião do dia 05 de março de 2012 seja na Secretaria de Estado da Mulher, semana a qual foi indicada pela Secretária Catharina Bacelar, pois é a semana em que se comemora o Dia da Mulher;
- Informa que na próxima semana será elaborada a Lei que regulamenta o GMF, e afirma que é importante construirmos os anais para publicação;
- 2011 foi o nosso grande desafio, com a criação da SEJAP. Na semana passada recebemos a visita de um Conselheiro do CNJ, natural do Estado do Espírito Santo, que visitou a Penitenciária de Pedrinhas e constatou a diferença. O Espírito Santo, com 28 presídios e ótima estrutura física, não tem um grupo como o nosso.

Finalizando, o Desembargador Froz Sobrinho se manifestou contra a mudança de local do Presídio Feminino, mesmo que em caráter emergencial. A médio prazo, o objetivo é construir uma APAC no município de São José de Ribamar. O momento do Presídio Feminino é bom.

Após a fala do Desembargador Froz Sobrinho, o Frei Ribamar Cardoso, Secretário Adjunto da Justiça, informou que os presos provisórios ficarão no Olho d'Água e os sentenciados no Monte Castelo.

O representante da OAB, Dr. Pedrosa, indicou alguns "probleminhas" ocorridos até duas semanas atrás, quando de uma articulação com a AMMA: O Dr. Jamil Aguiar levou muitos problemas para a AMMA, com algumas interdições, que foi a providência que o Dr. Jamil Aguiar utilizou para dirimir sua preocupação com o retorno dos líderes das facções criminosas para o Maranhão.

O Desembargador Froz Sobrinho ressaltou que o GMF não tem poder correicional, mas representacional e de indicações. Informou ainda que o Desembargador José Luis desinterditou o Presídio Feminino. Afirmou ainda que amanhã, na qualidade de Desembargador, da 3ª Câmara Criminal, fará uma representação contra o juiz titular da 1ª VEC à Corregedoria de Justiça.

O Defensor Público Paulo Rodrigues afirmou que todos os estudos foram falhos, pois não foram individualizados, mas generalizados (399 atendimentos e 175 petições), ressaltando que até a defesa tem que participar dos estudos. Somente cinco pessoas foram indiciadas pela rebelião de novembro de 2011.

O Desembargador Froz Sobrinho orienta os presentes para a confecção de um documento para o Secretário da Justiça e da Administração Penitenciária para que uma comissão do GMF investigue essa situação.

O Defensor Público Paulo Rodrigues solicita acessp às informações, afirmando a necessidade de organizar nosso trabalho com a celeridade na troca de informações sobre as questões carcerárias.

O Desembargador Froz Sobrinho agradece o apoio incondicional da DPE, pois a maioria dos problemas nós nem sabíamos que existia.

O Dr. Pedrosa sugere que seja feita uma sugestão de pauta por cada instituição para as nossas reuniões.

O Desembargador Froz Sobrinho enfatizou que temos três meses para apresentar projetos para o DEPEN/MJ, ou seja, até março, pois foi liberada a verba de um bilhão de Reais para a realização de projetos.

O Desembargador Froz Sobrinho lamentou a ausência do Ministério Público do Estado do Maranhão na presente reunião.

A seguir, a Secretária de Estado da Mulher Catharina Bacelar passa a apresentar o Projeto Juntando os Pedaços, que é fruto de um trabalho de dois anos entre o TJMA e a SEMU e que envolve a SEJAP, com o qual foram captados mais de meio milhão de Reais. A gestão e execução do projeto, bem como sua licitação ficam a cargo da SEMU, à medida que tem por público-alvo as mulheres em situação de prisão. A SEMU entrou com a contrapartida financeira para o projeto.

Em função da hora (17h45min), a reunião foi encerrada sem a apresentação do Relatório Final do PCN.

Nada mais a dispor, nós, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, Psicólogo do PCN/TJMA e Lícia de Cássia Dias Privado, Assistente de Administração e Secretária do PCN/TJMA, lavramos a presente Ata, que segue assinada pelos presentes.

ASSINATURAS DOS PRESENTES:

José de Ribamar Froz Sobrinho
Coordenador-Geral do GMF

Catharina Bacelar
Secretária de Estado da Mulher

Frei Ribamar Cardoso Lima
Secretário Adjunto da Justiça

Douglas de Melo Martins
Juiz Auxiliar da 2ª VEP

Paulo Rodrigues da Costa
Defensor Público

Luis Antonio C. Pedrosa
Representante da OAB

Ariston Apoliano
Assessor Jurídico do GMF

Antonio Marcos Alves Matos
Assessor Jurídico da SEMU

Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues
Psicólogo do GMF

Lícia Dias Privado
Secretária do GMF

Jesus Martins de Oliveira Junior
Técnico do GMF

Raíssa Costa
Técnica do GMF

Amaury Chaves
Técnico da SEJAP

Nivia May Albuquerque
Secretária da 1ª VEC

Tatiana Moraes
Representante da SEJAP

Ideraldo Lima Gomes
Representante da CCPJ de Pedrinhas

Alan Jorge
SCDOP